

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 177

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 039ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE NOVEMBRO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

Às dezenove horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2546

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 101, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2547

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária de 24 de novembro, em Comissão Geral de Plenário, para votação relativa ao Projeto de Lei nº 552/99, que dispõe sobre a utilização de royalties repassados pela União ao Estado, para capitalizar o Fundo Financeiro do Sistema de Previdência Estadual.

Sala das Sessões, em 23.11.99

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Antonio Carlos Belinati, Ademar Traiano, Antonio Baratter, Divanir Braz Palma, Edno Guimarães, Plauto Miró Guimarães, Tony Garcia e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 2548

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário seja retirado de pauta, e adiado por dez (10) Sessões, o Projeto de Lei nº 552/99, que trata da autorização a ser conferida ao Poder Executivo para antecipar recursos a serem destinados à capitalização do sistema previdenciários estadual.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, HERMES FONSECA,
PÉRICLES MELLO, CAÍTO QUINTANA,
LUCIANA RAFAGNIN, ORLANDO PESSUTI,
ADEMIR BIER, EDGAR BUENO,
WALDYR PUGLIESI e ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Este pedido justifica-se pela inexistência de acordo entre os representantes do Poder Executivo Estadual e Federal sobre a forma, prazo e demais condições em que esta antecipação deverá ser realizada. Este desentendimento é confirmado pela imprensa paranaense (matéria em anexo).

Outrossim, o conhecimento destes fatos é imprescindível para que o presente projeto de lei possa ser votado por esta Casa, respeitando-se os preceitos constitucionais e legais que vedam autorização de crédito de forma ilimitada e prazo indeterminado. No projeto de lei em tela não há nenhuma disposição visando atender tais pressupostos, de forma que seu adiamento, neste momento, é a melhor solução.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Conforme deliberação da Mesa em acordo com as Lideranças dos Partidos, embora Sessão Extraordinária,

permanece o Horário das Lideranças. Passo a chamar os Partidos então.

PTB; PFL; PSDB.

(Declinam)

PMDB. Com a palavra, o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos em relação a esse problema dos royalties, deixado indagações e dúvidas que existem na hora de fazermos a avaliação desse problema. E parece que o problema dos royalties não se apresenta sozinho. Ele está ligado a uma série de problemas que existem na administração do governador Jaime Lerner. As dúvidas são enormes.

Senhores Deputados, outro dia quando Gionédís aqui esteve, lembro-me bem que ele falou que as perdas do Paraná, como a Lei Kandir, eram de 510 milhões de reais. Hoje, os jornais já estampam que a quantia não é mais 510 milhões, já subiu para 600 milhões.

Estou dizendo isso, porque o líder do governo, repetidas vezes tem nos seus pronunciamentos falado que nós, da oposição, muitas vezes colocamos quantias que não são sempre as mesmas, que elas são modificadas. Mas está aí a própria afirmação do governo. E se, eu tinha dúvida a respeito do meu voto, em relação a este projeto, Senhores Deputados, hoje, não tenho mais nenhuma, porque o próprio Governador do Estado está aqui no jornal Gazeta do Povo, dizendo que se recusa a assinar a proposta para antecipação dos royalties. Se o próprio governador do Estado, que é o maior interessado na aprovação rápida deste projeto, está em dúvida, aceita a proposta do governo ou não, imaginem nós.

Nós queremos saber, sim, qual é a proposta que o governo fez. Quantos anos levará o Paraná para resgatar os títulos públicos federais e negociáveis, que serão trazidos a ele? Qual é o deságio que existirá em relação a esse problema? Quais são as quantias, na realidade mais aproximadas que estão envolvendo esta negociação?

Mas me parece, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que ficou mais ou menos, em cima de uma notícia um pouco de claridade a este respeito. A Veja e os jornais estão noticiando que o Governador do Estado, descontente com a política nacional, estaria pensando, seriamente, em encerrar a sua carreira política, no ano de 2002. Talvez seja por isso que ele esteja querendo antecipar todos os recursos que o Paraná tem para receber do ano de 2023 para cá, para recebê-los imediatamente, para dar segmento à administração que ele pretende fazer.

Mas nós, da Oposição, estamos imaginando, Senhor Presidente, o seguinte que poderia acontecer, em todo o Paraná. Todos os prefeitos, daqui a pouco, nesta semana, ou na semana que vem, mandariam projetos de lei às Câmaras Municipais de Vereadores, solicitando a aprovação de uma lei que permitisse aos prefeitos receberem os recursos do IPTU, desde o ano de 2020, neste

mesmo ano, para eles resolverem o problema da previdência, que é grave, em todos os municípios, em todos os Estados, inclusive na Nação. Acho que haveria uma verdadeira revolução, as populações se levantariam contra esta pretensão dos prefeitos, que estou imaginando, pudessem fazer isso.

Agora, nós aqui, sabemos que estamos chovendo no molhado! Os projetos de interesse do Governo, que virão para cá, certamente serão aprovados, com ampla maioria, porque esta é a realidade que existe, dentro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Mas temos, sim, que registrar a nossa contrariedade quanto a antecipação desses recursos que, no nosso entendimento, estão comprometendo o futuro de gerações que virão!

Não podemos concordar com isso. E os companheiros que estão aqui, da oposição, certamente votarão contra esse projeto que visa, única e exclusivamente, resolver os problemas que existem dentro do Governo Lerner, que no nosso entendimento foram problemas criados pela própria administração.

Tenho aqui, líder Pessuti, que retorna a esta Casa no dia de hoje, tenho aqui no documento assinado pelo próprio Governador, logo após ele assumir o Governo do Estado, se referindo ao Banestado: “O conglomerado BANESTADO apresenta-se com uma situação favorável”. E diz o Governador, aqui adiante, que seguindo determinações do Banco Central faria uma redução drástica das despesas com propaganda, publicidade e promoções. O que está aqui determinado pelo Banco Central para um dos setores da administração do Governo do Estado, vale para o conjunto da administração. Portanto, se o Governador afiança, neste documento, que a situação do BANESTADO era uma situação boa, como é que agora eles vêm dizer que os problemas do BANESTADO são oriundos das administrações que passaram?

Me parece que o Governo, além de querer demitir a presença do Estado, eliminando o patrimônio público desse Estado, também quer fazer com que tudo aquilo que aconteceu, vamos dizer, na ótica do Governo, de menos favorável, foi culpa da oposição! E nós, que governamos este Estado, durante vários períodos, temos que deixar aqui, registrado, nessa Casa que os governos Requião, Richa e Álvaro, foram governos competentes que deram cabo do seu comprometimento com as propostas que foram feitas junto à população. Honraram os seus mandatos, e deixaram o Estado do Paraná com uma dívida que não chegava a um bilhão e meio de reais, que é apenas e tão somente o que o governo quer receber, só de Royalties!

Muito obrigado!

Concedo a palavra em aparte, ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Waldyr Pugliesi, Vossa Excelência reforça as posições enumeradas ontem aqui nesta Casa,

com relação à nossa posição em relação a antecipação dos recursos provenientes dos royalties da Itaipu Binacional. Mas esse procedimento, Deputado, demonstra o pouco caso do Governador com esta Assembléia, a falta de respeito com esta Assembléia. A única coisa que sabemos de concreto é que o Paraná tem a receber em relação, que são provenientes dos royalties, cerca de um bilhão e meio de dólares. Um bilhão, seiscentos milhões de dólares. É a única certeza que nós possuímos. Não sabemos absolutamente nada em que condições o Governo está negociando para antecipar os recursos, não sabemos qual será o montante de entrada no caixa do Tesouro do Estado. Não sabemos o deságio que o Governo está dando para antecipar estes recursos.

Por isso, Deputado Waldyr Pugliesi, na verdade é uma demonstração de pouco caso em relação a esta Assembléia. Estamos dando um cheque branco, que nem a Câmara de Vereadores, lá do município mais longínquo do interior do Paraná, concede ao Prefeito da sua cidade. mas a Assembléia Legislativa está caminhando para essa direção. Infelizmente! E o governo manda um projeto de lei desse aqui, e nós infelizmente não temos força para poder barrá-lo, para fazer com que o Governo respeite a Assembléia Legislativa e mande para cá, um projeto claro, cristalino, com números redondos, para que saibamos o que estamos votando, enfim, qual a situação que iremos deixar para o Estado do Paraná.

É este o aparte que gostaria de Vossa Excelência.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Deputado Nereu Moura, concordo plenamente com o seu aparte, que veio enriquecer meu modesto pronunciamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PPB; PSL; PT; PDT; PST.

Com a palavra Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobres Pares, a Mesa Diretiva.

Novamente ocupamos essa tribuna hoje, para complementar o raciocínio, que hoje ficou obscuro, quando da nossa defesa aqui da formação da Comissão de Fiscalização do INCRA, que o Deputado Federal Moacir Micheletto, está entrando no Congresso, já foi nomeado até relator e tem por objetivo, fazer um raio "x" do INCRA. E após falarmos, tivemos uma interferência do Deputado Péricles, do PT, a quem considero e respeito, mas que infelizmente, talvez não ouviu bem como eu disse ou interpretou mal as minhas colocações. Como não sou homem de deixar as coisas sem transparência, quero informar ao Plenário que algumas colocações do Deputado não condizem com o que eu quis dizer, da minha postura aqui.

Vejam os senhores que a alegação do Deputado é que nós estamos mudando de posição, que somos contra a Reforma Agrária. Em momento algum falamos isso, e eu falo até em nome da Bancada Ruralista, que por diversas vezes nos reunimos, que se existe uma bancada preocupada com a Reforma Agrária é a Bancada Ruralista, além dos demais deputados que tomam assento nesta Casa. Tenho certeza, todos estão preocupados com o andamento desta questão, porque nós estamos vendo que está recrudescendo, está surgindo um clima de animosidade muito grande. Os líderes do MST, que antes conversaram conosco já não estão conversando mais. Não querem conversar. Essa ausência de diálogo, esse vazio, está fazendo com que nós saíamos do estado de direito e venhamos fazer justiça com as próprias mãos.

Defendo um INCRA moderno, defendo a medida do Moacir Micheletto, porque vai fazer uma radiografia desse Instituto, que está há muitos anos, investindo recursos e esses recursos não estão sendo suficientes, para os assentamentos. Os assentamentos não estão recebendo os acompanhamentos devidos. O país já gastou mais 8 bilhões.

Estou aqui repetitivo para dizer a Vossa Excelência, Péricles, que eu não falei que tira da saúde, mas esse dinheiro está sendo colocado para os assentados e terras precisam ser desapropriadas, não está acontecendo isso, o Estado do Paraná o hoje, tem recurso para assentar 3 mil famílias e nós estamos precisando para 9 mil famílias.

Então precisa deixar bem claro isso aqui, a Bancada Ruralista não é contra a reforma Agrária no Estado do Paraná. A Bancada ruralista é contra, sim, esses movimentos que extrapolam o estado de direito e entram nas propriedades produtivas, causando esse conflito armado, que vai culminar com derramamento de sangue, e nós Deputados chamados à responsabilidade.

Então esta nossa preocupação de modernizar o INCRA é uma prova incontestada de que queremos que a Reforma Agrária aconteça no Estado do Paraná.

Agora, outras oscilações de ordem ideológicas, eu respeito a postura do PT, apesar de ter as minhas reclamações ao companheiro Péricles.

Devo dizer que infelizmente ideologicamente o PT esvaziou-se porque a sociedade moderna sabe muito bem que é um princípio do ser humano, não se pode fazer justiça com as próprias mãos e não se pode também, corrigir os erros sociais tirando daquele que trabalhou, que acumulou com sacrifício, com esforço e dando para pessoas que não participaram desse esforço para conseguir o bem.

Só se consegue fazer a distribuição, só se consegue combater as desigualdades através de impostos, de medidas pelo Governo Federal. Só através de medidas legais é que nós poderemos combater a miséria no país.

E os sem-terra, como já disse, tem muitos sem no Brasil. Temos que ter consciência disso, não existe só o problema do sem-terra.

Agora, que a nossa Assembléia está de atalaia para com o problema, está. Eu tenho certeza disso. E nós em particular dentro das nossas limitações, vamos continuar lutando para que o estado de direito prevaleça para que não percamos o diálogo, para que as autoridades não sejam enxovalhadas, para que os líderes do MST respeitem o estado de direito, para que não faça da massa de manobra como estão fazendo pobres inocentes úteis, que amanhã vão derramar sangue sem saber o porquê.

Nós temos mecanismos dentro a democracia para que o estado de direito prevaleça, porque a sociedade civil do Paraná é uma sociedade de paz e de harmonia. Todos nós devemos nos curvar diante da lei.

Com o aparte o Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Só para vir de encontro ao pronunciamento do nosso colega o Deputado do Partido dos Trabalhadores, quando ele colocou aqui no seu pronunciamento, quero só lembrar uma questão.

O INCRA o órgão do Governo Federal está com 25 mil hectares desapropriados e prontos para receber os assentados das famílias que fazem parte do movimento sem-terra.

O Movimento sem-terra não deixa e não quer sentar para conversar, inclusive, o episódio Deputados, com o nosso colega Divani Braz Palma, lá no INCRA, numa reunião com o MST, Governo do Estado e representantes da Assembléia Legislativa. Teve todo aquele caso que lá aconteceu, onde quase foram agredidos por representantes do Movimento sem-terra.

O INCRA está cumprindo o seu papel, 25 mil hectares à disposição para receber as famílias, que lá vão ser assentadas. O MST não deixa que as áreas produtivas que cumprem o seu papel social, dentro do nosso país, sejam desocupadas, porque as famílias podem ser transferidas para as áreas desapropriadas.

Então está claro, o Movimento Sem-Terra, os líderes desse movimento não querem a solução do problema. A terra está aí pronta para receber as famílias que lá podem ser assentadas.

Hum mil e trezentas famílias podem ser assentadas nessas áreas, mas os líderes do movimento não querem a solução.

Então está aqui o meu apoio ao seu pronunciamento, e deixa claro, a terra está aí, está desapropriada, está pronta, mas os líderes do movimento não deixam que isso aconteça, que a Reforma Agrária venha acontecer realmente no nosso País.

O SR. DIVANR BRAZ PALMA

Fica bem claro isso aí no pronunciamento do Deputado Plauto, que é um dos líderes nossos da Bancada Ruralista, que luta também para que haja Reforma Agrária no Estado do Paraná.

Com a palavra o Deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Braz Palma, até porque fugindo um pouco a democracia, o Deputado Péricles deixou de nos dar o aparte.

Já que aconteceu hoje, eu gostaria de voltar a esta questão, já que ele censurou o discurso inclusive de Vossa Excelência.

Queria dizer ao Deputado Péricles que lamentavelmente quem não aguenta mais somos nós, o discurso do PT que é sectário e que fica atrás de uma morte como esta que aconteceu hoje, para fazer dessa vítima o palanque eletrônico que eles precisam.

Porque quando há uma invasão de terra o que a gente vê é que o movimento pretendeu em outras ocasiões, na verdade, é que de lá saia uma vítima, para então se emergir dessa desgraça e fazer a campanha que eles querem, que não é pelo amor que têm no Brasil.

Queria dizer ao Deputado, que pelo sotaque dele a impressão que eu tenho é que ele nunca pisou ou nunca arou uma terra, que é a minha origem. Sou filho de colonos que desbravaram o norte do Paraná, desde 1929. Dizer mais, dos 9 irmãos que tenho, de pai e mãe lavradores, que começaram a vida na terra, nós nunca fizemos parte dessa chatice que o PT usa como elite dominante. Desbravamos a terra, aramos a terra, de irmãos eu sou o último, nunca ouvi meu pai ou minha mãe dizer que para você ter terra você tem que tomar de alguém;

Acho até que o país precisa de uma redistribuição de renda. Acho até que um político como o Deputado Péricles, que quer ser prefeito da cidade de Ponta Grossa, que é uma grande cidade, com esse discurso ele não chega a Carambeí. Porque o país está precisando de gente centrada e moderada, o PT não concorda com nada nunca, em numa situação, a não ser com a instalação do caos ou da força.

Então tenha respeito, Deputado, porque nós aqui engolimos, não concordando, respeitando democraticamente. Mas não está tratando com analfabeto, que aqui temos preparo suficiente para debater no nível que quiser, em qualquer momento, inclusive, arando e plantando, que conheço essa matéria.

Então quero dizer que saturado estamos nós desse discurso sectário do PT, que não conseguiu chegar em nada. E o dia que eu disser inclusive da experiência que tive como vereador, em Londrina, da administração feita pelo PT, naquela cidade, vai arrear como Vereador de Londrina, da administração feita pelo PT, naquela cidade, vai arrear o Paraná. Porque o PT é sectário só na hora que não conhece as benesses do poder, quando conhece lambuza. É dessa forma.

Quero responder ao Deputado, discurso que pode não suportar é o meu, mas tem que tolerar, porque a democracia é um regime da tolerância e, assim respeito as idéias dele. Agora, colocar da forma como ele colocou, sem dar aparte e temendo, fugindo do debate.

Vamos preparar uma hora que talvez não seja dessa sessão, para que possamos discutir, para ver quem con-

hece mais da terra. E dizer que, saturado por saturado esse discurso do PT, para fugir à questão parlamentar, já torrou a paciência do povo.

Obrigado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço o aparte e peço a Deus que ilumine as autoridades constituídas nesse Estado para que exerçam as suas obrigações como mandatários e façam com que prevaleça o estado de direito e que tenhamos uma reforma agrária digna de um país ordeiro onde a paz deve reinar e o respeito ao cidadão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao PT, Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente eu não iria usar da palavra nesta Sessão sobre este tema, mas fui provocado pelos Deputados Plauto, Moysés Leônidas e Divanir, a colocar algumas questões.

O Deputado Divanir foi truculento à tarde. Agora, não foi tanto. As poucas palavras que ele disse no discurso à tarde, onde chamou o MST de “quadrilha, de baderneiro”. Deputado, eu acho que o senhor não conhece nada do Brasil e nem de História, porque quem dizia que Movimento Social é caso de polícia, isso era na República dos Governadores antes de Getúlio Vargas. Eu acredito que a sociedade brasileira evoluiu.

Agora, ter que ouvir deste Plenário, um Deputado chamar um movimento social, da envergadura do MST que pode ter mil falhas e pode ser criticado, mas ser chamado de “bando”, de “quadrilha” e “baderneiros” o senhor está mal informado ou não sei a quem o Senhor serve.

Em segundo lugar, seu pai, sua família, foram dos que iniciaram no norte do Paraná. Naquela época, tínhamos fronteiras agrícolas a ser conquistadas. Hoje, não mais. As fronteiras agrícolas brasileiras praticamente estão todas fechadas. Essa é uma questão.

Sabemos que a terra é um bem limitado. Comparar “sem terra” com “sem casa, sem roupa, sem comida”, não tem nenhum sentido. A terra é um meio de produção limitado. É finita. A indústria é infinita teoricamente, a comida, a roupa. A terra é finita. Portanto, se meia dúzia de pessoas se apropriam de um pedaço do Globo Terrestre, como dizia um velho cientista alemão, e tem monopólio sobre essa terra, ninguém mais pode ocupar aquele pedaço e é por isso que é necessária a luta social para que a reforma agrária aconteça.

Outra coisa, acho que nem criança acredita, Deputado, o senhor me desculpe, é que a bancada Ruralista defende a reforma agrária. Acho que isso qualquer pessoa em sã consciência sabe que toda ação da Bancada Ruralista, ao nível nacional é uma luta anti-reforma agrária. Na constitucionalidade, todas as propostas das

Bancadas Ruralistas são para dificultar o processo de reforma agrária, nas discussões técnicas, nas discussões sobre propriedade produtiva, porque representam justamente o interesse do latifúndio, que é um interesse muito bem representado no Brasil, historicamente.

Acho que basta estudar um pouco a História do Brasil para saber que o Brasil é um dos países de mais altos índices de concentração de terra do Planeta. Não é só da América Latina. É do Planeta. Dados estatísticos comprovam que 2% dos grandes proprietários do Brasil são donos da metade do território nacional.

Acho que essas questões o senhor tem que estudar melhor. Não basta ter nascido na agricultura para conhecer as questões atinentes à agricultura brasileira hoje.

Quero colocar claramente essas questões.

Fiz um discurso questionando os conceitos que são colocados e não ouvi nenhuma palavra sobre uma mulher de 56 anos que foi praticamente assassinada com um tiro nas costas. Só ouvi lamentações de outro nível mas ninguém falou, a não ser da Bancada da Oposição sobre essa tragédia que se abate sobre os pequenos e sobre aqueles que sofrem.

Continuamos firmes na defesa da reforma agrária, com tranquilidade. Achamos que o MST se equivoca e nós mesmos dizemos e apontamos esse equívoco. Somos um Partido que vai além do MST. O MST é um movimento social que tem um fim específico na luta pela terra, pela reforma agrária. Nós somos um Partido amplo que congrega camponeses, pequenos agricultores, operários do campo e da cidade, pequenos e médios empresários, empresários mais conscientes, que sabem a importância da reforma agrária.

Agora, ser a favor da reforma agrária, da boca para fora, isso não convence mais ninguém. Dizer que o problema da reforma agrária não saía apenas por uma questão técnica do INCRA, também é falso. A reforma agrária é uma questão política. Existem forças sociais muito poderosas no Brasil e que historicamente são contra a reforma agrária e agem de todas as maneiras para impedir que uma reforma agrária real aconteça. É só por esse motivo que existe o MST.

Se o Brasil fosse um país que tivesse feito uma reforma agrária digna ou se houvesse interesse real das amplas forças deste país de fazer a reforma agrária, tenho certeza que o MST nem existia.

O Sr. Cezar Silvestri

Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PÉRICLES MELLO

Pois não, Deputado Cezar.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Péricles, inicialmente quero parabenizá-lo, apesar de discordar da sua opinião. Sou um dos Deputados grandes administradores de Vossa Excelência e é um dos Deputados que eu mais respeito nesta Casa mas

gostaria de discordar de Vossa Excelência e discutir alguns conceitos com a tranquilidade que Vossa Excelência está se pronunciando e da mesma forma, também procurando demonstrar tranquilidade ao discordá-lo.

Uma das questões que me preocupam, porque o próprio MST, se voltarmos a 8 ou 9 anos atrás, lembro bem no meu primeiro mandato como Deputado, quando aqui o grande debate e naquela ocasião, ficava claro e transparente os Deputados que tinham posicionamento favoráveis e aqueles que eram contrários à reforma agrária. Hoje eu não vejo dessa forma como Vossa Excelência diz, que seria ingenuidade de Vossa Excelência acreditar que Deputados que fazem parte da Bancada Ruralista ou que defendem a propriedade rural, o direito à propriedade, são contra a reforma agrária.

Discordo de Vossa Excelência e particularmente sou favorável à reforma agrária mas discordo de alguns conceitos. Por exemplo: a questão do latifúndio.

Quando se começou o MST, me lembro bem que se falava em latifúndio e aqui na região Sul tinha uma área caracterizada, o próprio INCRA caracterizava uma área no Sul, de 1000 hectares. Áreas acima de 1000 hectares era latifúndio. Lá no norte do país, eram áreas acima de 5000 hectares. Hoje, o MST não respeita mais área pela sua extensão. Hoje o conceito de latifúndio e eu tenho visto, pessoas do próprio Movimento dizer que latifúndio são 100 hectares ou 200 hectares. Estão invadindo propriedades produtivas com 100 ou 200 hectares.

Acho que o grande questionamento é a questão do direito de propriedade. Lógico que não vamos comparar os “sem terra” com os “sem teto”, mas de repente, o princípio é o mesmo. Se nós admitirmos que uma propriedade de 200, 300 hectares, 400 hectares deve ser invadida porque as pessoas, e eu acredito que elas tenham o direito realmente a um pedaço de terra para produzir, se nós aceitamos esse conceito, também teremos que admitir daqui a uns dias, que uma propriedade urbana de 400 metros quadrados é muito grande e que também, de acordo com o mesmo princípio pode ser invadida, pode ser dividida com três ou quatro famílias.

Acho que o direito de propriedade é sagrado.

O que os governos, de forma geral deveriam fazer, é levar a reforma agrária a sério, principalmente o governo federal que tem recursos para isso e que deveriam desapropriar as áreas num valor justo e eu sempre defendi, apesar de muita gente achar que isso é um sonho, de que o governo federal poderia desapropriar áreas e poderia até adquirir áreas de pessoas que querem se desfazer, pessoas que não têm vocação e é só irmos às imobiliárias. Lá em Ponta Grossa, Deputado Péricles, quantas áreas estão à venda. É só ver o preço de mercado. As pessoas querem vender, o governo vai lá e compra essas áreas e faz a distribuição. Agora, o que não podemos aceitar é que as pessoas sejam tocadas da sua propriedade, sejam humilhadas como estamos vendo. Pessoas, na minha região, Deputado Péricles, que colonizaram o Estado do Paraná há 50 anos, pessoas, por exem-

plo, que vieram da Alemanha, ali em Entre Rios, que única e exclusivamente trabalham na terra, é sua única fonte de renda, é a terra, tiveram suas propriedades invadidas, humilhados, tiveram sua produção roubada, e se calarmos, todos aceitarmos, realmente estamos aceitando que as leis não precisam ser cumpridas.

Então, na verdade, apesar de respeitá-lo muito e admirá-lo, acredito que não podemos concordar com Vossa Excelência com relação a esses conceitos. Da mesma forma como respeito a sua opinião, pediria que também de Vossa Excelência houvesse um respeito àqueles que discordam, porque acredito que temos que achar uma solução, é esse o nosso papel, acharmos uma solução através do diálogo, e o que o Deputado Braz Palma fala - e me preocupa - é uma verdade, o diálogo está encerrado praticamente, as lideranças do MST não querem mais o diálogo, muitas pessoas do governo também já estão chegando no limite, dizer que também não querem mais o diálogo com o MST, e acho que não é esse o caminho.

Nós, realmente precisamos, como Parlamentares, de ser os mediadores e procurar achar uma solução. Cobrar do governo federal, cobrar do governo estadual ações concretas para que realmente haja reforma agrária e também discordo de Vossa Excelência quando fala que as fronteiras agrícolas no país já estão todas elas tomadas.

Vossa Excelência mesmo falava no seu pronunciamento, hoje à tarde, se fazia uma comparação da Argentina com o Brasil. Acho que ainda há muitas fronteiras agrícolas que podem ser abertas, o que precisa é também haver uma conscientização por parte do movimento, que o Paraná já tem praticamente uma distribuição fundiária definitiva e produtiva, e que tem outras fronteiras, como é o caso da Bahia, de Goiás, do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, e que o próprio movimento tem feito de tudo para não ir para aquelas regiões, tem procurado realmente centralizar as suas ações no Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, que já têm uma situação fundiária delimitada e extremamente produtiva.

O SR. PÉRICLES MELLO

Primeiro, Deputado, acho que esta defesa histórica de que a reforma agrária tem que ser com pagamento prévio, isso é negócio agrário, não existe possibilidade de reforma agrária no País como o Brasil desta forma.

Tanto que a tese vencedora na constituinte foi título de dívida agrária, e a Bancada Ruralista sempre lutou para que...

O Sr. Cezar Silvestri

Mas, Deputado Péricles, infelizmente isso não está evitando a malversação do dinheiro público, você sabe que tem áreas superfaturadas e que na verdade não está resolvendo o problema, se você pagar o preço de mercado, sai muito mais barato para o governo e resolve o problema de imediato. O que está havendo hoje, estão aí

várias denúncias, negociar áreas que valem um, sendo pagas 5, 6, pelo governo.

O SR. PÉRICLES MELLO

Sabemos que não vai haver reforma agrária com negócio. A terra tem que cumprir a sua função social, é esse o ponto de vista que defendemos, a terra que não cumpre a sua função social, que não é produtiva de ser desapropriada com título de dívida agrária, pagamento em vários anos. Esta é a tese, senão, não existe reforma agrária, daí somos a favor da reforma agrária da boca para fora, e é por esse motivo que a reforma agrária não nasceu e é por isso que foi obrigado a vir o MST.

Acho, Deputado Cezar Silvestri, que não é falar com respeito agora, quando o Deputado Moysés Leônidas chama o MST de “quadrilha”, aí por favor, ele está faltando com respeito a um movimento social que merece o nosso respeito por mais equívocos que tenha.

É evidente que o movimento de pessoas excluídas, que já perderam tudo que podiam ter, que nada têm, que são milhões de pessoas no Brasil, não é um movimento bonito e delicado como todo mundo gostaria que fosse, é povo sofrido que se manifesta neste movimento e sem dúvida nenhuma cometem equívocos, e nós do PT, quando o movimento comete equívocos, nós também criticamos o movimento, mas reconhecemos a sua necessidade social, se esse movimento não existisse a reforma agrária estaria muito mais atrasada do que realmente está.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2.546, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, requer a inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 552/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/99, que objetiva acrescentar ao Art. 11, da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, a alínea “h” e parágrafos 1º e 2º - F.D.E. - “Royalties”.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2548, de autoria dos Senhores Deputados José Maria Ferreira, Hermes Fonseca, Péricles Mello e demais Senhores Dep-

utados, constante do expediente, solicitando a retirada de pauta e adiado por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 552/99, constante da presente Ordem do Dia. **Não recebido pela Mesa, de acordo com o Artigo 159 do Regimento Interno, uma vez que o presente projeto encontra-se em regime de urgência.**

Há sobre o Projeto de Lei nº 552/99, seis emendas, de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 552/99

Acrescenta o § 3º do Artigo 1º do mencionado projeto de lei, com a seguinte redação:

§ 3º - Dos valores antecipados pela presente lei a título de royalties, fica destinado o percentual de 2% (dois por cento) a ser distribuído aos Municípios paranaenses que tiveram seus territórios atingidos pelos lagos das hidrelétricas construídas no território do Estado do Paraná”.

Acrescenta o § 4º do Artigo 1º do mencionado projeto de lei, com a seguinte redação:

§ 4º - Os critérios de distribuição dos valores relativos ao estabelecido no parágrafo anterior serão definidos pelo Poder Executivo, obedecendo-se obrigatoriamente a área atingida em cada Município”.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Antonio Baratter, Serafina Carilho e Pastor Edson Praczyk.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02 PROJETO DE LEI Nº 552/99

Emende onde couber:

“O Parágrafo 1º do Art. 11 da Lei 5505 ficará com a seguinte redação: Fica autorizada a cessão, securitização e a concessão em garantia, dos créditos provenientes do art. 142 da Constituição Estadual.”

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Edgar Bueno, Orlando Pessuti, Ademir Bier e Antonio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda modificativa tem por fim compatibilizar, segundo informações veiculadas pela imprensa, que os títulos recebidos em resultado da operação realizada entre o Governo do Estado e a União contém a cláusula da intransferibilidade.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Emende onde couber:

“Parágrafo 2º do Art. 11 da lei 5505 ficará com a seguinte redação: As operações previstas no parágrafo anterior somente poderão ser feitas em moeda corrente ou em títulos públicos federais, intransferível, a critério do Poder Executivo e seu resultado será obrigatória e exclusivamente utilizado para o cumprimento das finalidades estabelecidas na alínea “h” deste artigo”.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Edgar Bueno, Orlando Pessuti, Ademir Bier. Antonio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda aditiva tem por fim assegurar que este governo e os governos que o sucederão não lhe sejam facultados transferir créditos ou títulos sob qualquer justificativa, pois esta casa não tem conhecimento de como se está negociando alienação dos Royalties junto ao governo federal.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 04

Emenda aditiva: acrescenta-se ao artigo 1 (um) § 3º com a seguinte redação:

Art. 1º.....

§ 3º - A antecipação de recursos previstos na presente lei, não poderá ultrapassar o prazo de 31/12/2002 (Trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dois).

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(aa) HERMES FONSECA, JOSÉ MARIA FERREIRA, ORLANDO PESSUTI, EDSON STRAPASSON, PÉRILES MELLO, CAÍTO QUINTANA, ADEMIR BIER, NEREU MOURA, EDGAR BUENO, WALDYR PUGLIESI, LUCIANA RAFAGNIN e ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda se justifica pelo fato de que a Constituição Federal no artigo 167, inciso X, proíbe a concessão de créditos ilimitados, o mesmo ocorrendo na Constituição Estadual, artigo 135, inciso VII. Desta forma, esta emenda vem sanar o vício de inconstitucionalidade do projeto de lei 552/99, estabelecendo um limitador.

Ademais, o prazo indicado na referida emenda, possibilita o Governo do Estado antecipar receitas até o final deste mandato, o que lhe renderia uma quantia aproximada de 400 milhões de reais, valor significativo para o Governo assegurar a capitalização do Sistema Previdenciário. Soma-se a esses recursos, os provenientes da privatização da COPEL, prevista para o próximo ano, o que deverá render 2,5 bilhões aproximadamente. Por outro lado, evita-se o perigo de se queimar receitas futuras, comprometendo a capacidade financeira do Estado.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 05

O § 1º da letra “h” do Projeto de Lei nº 552/99, passa a ter a seguinte redação:

§ 1º - Fica autorizada a antecipação e a concessão de garantia em operações de qualquer natureza, dos créditos provenientes do Art. 142, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, EDSON STRAPASSON, JOSÉ MARIA FERREIRA, ANTONIO ANNIBELLI, EDGAR BUENO, PÉRICLES MELLO, HERMES FONSECA, LUCIANA RAFAGNIN, WALDYR PUGLIESI, CAÍTO QUINTANA, ADEMIR BIER e NEREU MOURA.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 06

Fica acrescida alínea “i” ao art. 1º do Projeto de Lei nº 552/99, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

h)...

i) recursos para viabilizar o funcionamento dos Fundos de Previdência dos Municípios do Estado do Paraná.”

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) CLEITON KIELSE

Apoiamento:

Duílio Genari, Augustinho Zucchi, Edno Guimarães, Albanor Gomes, Moysés Leônidas e Cesar Seleme.

Encerro, portanto, a discussão do projeto e deixamos de votar o referido Projeto, transferindo as Emendas, uma vez que há requerimento, para a próxima sessão, transformando o Plenário em Comissão Geral.

Recebo o requerimento nº 2547, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Senhores Deputados Antonio Belinati, Ademar Traiano, Tony Garcia e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária de 24 de novembro, em Comissão Geral de Plenário, para Votação Relativa ao Projeto de Lei nº 552/99. - **Recebido na forma do § 2º do Art. 107 do Regimento Interno.** Que na sessão de amanhã será votado. Aprovado o requerimento, transforma-se a sessão em Comissão Geral, caso contrário, volta o projeto para a Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos ao restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, que veda a contratação de empresas para prestar serviços de controle e fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais. COM PARECER

FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de requerer a Vossa Excelência a suspensão da sessão por cinco minutos, para que possamos tratar desse projeto.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor Presidente, efetivamente um dos motivos que suscita a suspensão da sessão por cinco minutos é uma questão que está sendo levantada no plenário de que se o Substitutivo que está sendo votado for rejeitado, se voltará a apreciação do projeto original. Esse ponto é fundamental para que o Plenário possa, soberanamente, decidir o seu caminho.

Então, mesmo que o senhor não decida, neste momento, a questão de ordem, até pela complexibilidade, mas que, pelo menos, pudesse trocar uma idéia com o Deputado Hermas Brandão e com os líderes desta Casa, para que chegássemos a um acordo para que na sequência da sessão possamos apreciar o Substitutivo ou o projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não tenho dificuldade nenhuma para decidir a Questão de Ordem.

Se rejeitado o substitutivo, está rejeitado o Projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI

Concordo com Vossa Excelência.

O SR. DURVAL AMARAL

Também é a minha opinião, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está suspensa a sessão.

(Reaberta a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação apenas o Substitutivo do Projeto de Lei nº 210/99.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, o ideal era que votássemos o projeto original do Deputado Durval Amaral, porque ele, na verdade, é transparente, não deixa nenhuma dúvida. Mas, resta-nos votarmos favorável ao Substitutivo Geral para que consigamos aprovar uma lei, aqui nesta Assembleia, evitando a terceirização do serviço de fiscalização das rodovias.

Isto já é, para nós, uma conquista dos nossos motoristas e das pessoas que transitam pelas ruas do Paraná.

Todavia, num acordo com a grande parcela de Deputados liderados pelo eminente Deputado Hermas Brandão e nós da Oposição iremos, amanhã, subscrever um projeto de lei, juntamente com uma parcela de Deputados que dão sustentação ao Governo, proibindo a locação de equipamentos para a fiscalização das rodovias. Desta forma, nós, do PMDB, votaremos favoráveis ao substitutivo ao projeto de lei do Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente, quero agradecer à maioria absoluta dos Deputados com assento nesta Casa, pela compreensão dos Deputados de Oposição e dos Deputados que dão sustentação política ao Governo, do nosso Substitutivo Geral que, se não foi o ideal para a sociedade paranaense, com toda a certeza foi o que, naquele momento, foi possível se alcançar em um acordo firmado, patrocinado pelo líder do Governo Valdir Rossoni, com o Secretário da Casa Civil, com o Secretário da Segurança Pública, com o Secretário dos Transportes e com todos os Técnicos do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

O que estamos aprovando neste momento põe fim, de uma maneira terminal, à terceirização de multas no Estado do Paraná. Não será mais permitida a terceirização de multas no nosso Estado, como não será permitida a participação no produto da arrecadação das multas por qualquer empresa da iniciativa privada.

Obriga que todos os condutores de veículos que trafegarem pelas rodovias estaduais, em excesso de velocidade, sejam interceptados pela Polícia Rodoviária do Estado do Paraná e comunicados, eles terão que tomar ciência da infração que estão cometendo.

E mais, conseguimos já um avanço desde o momento da tramitação deste projeto na Assembleia Legislativa, que a empresa CONSLADEL, que fazia a fiscalização verdadeiramente com veículos parados, escondidos atrás de moitas, atrás de placas de sinalização do Estado do Paraná, deixasse de fazer esta fiscalização e estas multas, bem como as notificações. Hoje tem sido feita pela Polícia Rodoviária do Estado do Paraná e a partir da aprovação do nosso projeto de lei, que é um projeto de lei desta Casa, de todos nós Parlamentares, poderá ser feita exclusivamente pela Polícia Rodoviária do Estado do Paraná ou autoridade de trânsito que são os próprios funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Então, quero do mais profundo do meu coração, agradecer a compreensão dos nobres Deputados, agradecer o apoio pela aprovação deste Substitutivo deste Projeto de Lei e tenho certeza, Senhor Presidente, que agindo desta forma, estamos evitando um mal maior, ou seja, com a eventual derrubada do nosso projeto de lei com toda a certeza não havendo a possibilidade de resgatar o projeto original, conforme decisão da questão de ordem levantada, correríamos o risco de

ter amanhã ou depois, ou no mês próximo, em pleno mês de férias, com seus veículos descaracterizados, com seus funcionários escondidos atrás da moita, multando indiscriminadamente os condutores de veículos nas estradas do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria, até na mesma linha do Deputado Durval Amaral, que é o autor deste projeto, cumprimentar o Deputado Nereu Moura. Só fazer um alerta, este Substitutivo Geral, na verdade foi feito por nós na Comissão de Justiça e tentamos, de todas as formas, não sermos intransigentes, até porque o projeto era um projeto de autoria da Assembléia, de um Deputado desta Casa, para que o Governo entendesse esta situação.

Na questão estritamente legal, para alertar, inclusive, os companheiros de outros assuntos que poderão vir desta forma aqui, que quando o Governo fez a terceirização das multas, que na verdade esta questão de terceirizar multas foi uma forma, a mais descoberta na Nação brasileira para tomar e meter a mão no exaurido contribuinte nosso, que é um verdadeiro caça níquel e muito bom para quem ganha a concorrência, o Paraná acabou abraçando e entendendo que poderia terceirizar e ser melhor. Pois bem, viu-se aí e cada um de nós como Deputado, possivelmente temos nas nossas bases as pessoas que reclamaram. Mas o mais importante de tudo isto é que a Constituição Estadual não permite, Senhor, que o Governo estando devidamente aparelhado para exercer um serviço ele não pode terceirizar. E neste caso específico aqui, já é uma questão legal e não de mérito do Projeto do Deputado Durval Amaral, o Governo tem o aparelhamento que é a Polícia Rodoviária, que é o próprio DER que faz este tipo de trabalho, o que está faltando ao Governo é o devido aparelhamento, porque não estamos devidamente aparelhados, não é só para fazermos, executarmos multa nas estradas, a saúde padece, a educação padece e outros setores que sabemos também padecem.

Então, talvez até pela intenção do próprio Governo de tentar locar um equipamento desse que deve ter sido comprado de tecnologia de ponta, por quem ia explorar um serviço rentável, possa ter voltado esta idéia de querer então, vamos deixar uma brecha para poder fazer este tipo de locação. Mas na verdade, se a Oposição e os outros Deputados entrarem com esta medida não permitindo que se faça a locação, eu mesmo vou votar favoravelmente. Acho que podemos, porque acho que é uma lição que a Assembléia vai dar ao Estado que tendo um serviço eficiente que é a Polícia Rodoviária nossa e aqui fica o depoimento de quem conhece, todos sabemos, que de todas as polícias que temos, uma das mais respeitadas e carinhosa é a Polícia Rodoviária nossa, que não é um projeto desses para privilegiar, Deputado Pessuti, o infrator ou o motorista que faz do seu carro uma arma, não, e nem

que deixe também de multar os excessos nas nossas rodovias, mas que o Estado então não pague duas vezes, porque pagamos à corporação, salários baixos, é verdade, e aí estamos dando a chance de enriquecimento por uma terceirizada quando o Estado pode executar.

Então, fazemos voto aqui, Deputado Durval Amaral, cumprimentando V. Exa. pela brilhante idéia de que o Governo do Estado do Paraná tome esta questão da terceirização das multas como um exemplo para aparelhar o que já temos de serviço, que gastamos e gastamos muito para poder manter, que é o caso da Polícia Rodoviária, volto a dizer, e que não tenhamos que discutir aqui situações como esta. Em especial, mesmo que o projeto ainda careça de algum aperfeiçoamento, agora no período de férias, tenho certeza, já disse isto aqui outro dia e quero deixar consignado, o pai de família que guardou um pouquinho do seu dinheiro para ir ao litoral do Paraná, por exemplo, levar as crianças para descansarem no período de férias, se tiver uma multa por excesso de velocidade ou um pouquinho mais com esses radares da terceirização, na ida e outra na volta, ele estragou o ano que vem, e aí vai recair em cima de nós aqui que podemos resolver essa questão. Se não estiver bem elaborado, porque o Executivo foi feito por nós, foi da melhor das intenções que tentamos acabar com esse caça-níquel que foi constituído na criação da terceirização das multas no Paraná.

Só queria deixar consignado isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, quando da autoria do Projeto do Deputado Durval Amaral, nos preocupamos aqui, única e exclusivamente, de tentar uma negociação via Secretaria de Transportes para que se criasse uma forma de serem fiscalizadas as rodovias.

Também achávamos que veículos descaracterizados nas rodovias não eram de uma forma correta de ser fiscalizado, prova disso que fui ao Secretário de Transportes e coloquei a minha preocupação. Agora, não podemos negar o óbvio: fiscalização nas rodovias é uma obrigação da Polícia Rodoviária Estadual. Outra questão, a fiscalização nas rodovias se faz necessário para proteger a vida do cidadão que cumpre o Código Nacional de Trânsito.

Por isso, fiquei aqui tranqüilo, fico aqui tranqüilo, e quando vejo aqui, o Deputado Hermas Brandão diz que fez um compromisso com a Oposição, de acrescentar, apresentar um novo projeto, não entendi bem o que o Deputado Nereu Moura falou. Quero dizer o seguinte: só falta entrarmos com um projeto aqui para revogarmos o Código Nacional de Trânsito e dizer que não pode mais se fiscalizar as rodovias. Fico também nervoso quando sou fiscalizado nas rodovias e sou multado. Agora, isso não é uma novidade do Governo Jaime Lerner.

Outra questão, o carro da Polícia Rodoviária Estadual, ora gente, lembro da minha vida em que dirigi, os veículos da Polícia Rodoviária Estadual nunca ficaram

em lugar visível, ficaram sempre em lugares estratégicos para coibir a alta velocidade. Não quero aqui, Senhor Presidente, e fiquei tranqüilo nas articulações, porque aqui foi o tal, como diz o caboclo: “pacau de bico”, ou derrubava ou aprovava, se corresse o bicho pegava, se ficasse o bicho comia.

Então, a minha preocupação, se quisesse aqui fazer um pronunciamento em termos demagógicos, e dizer aqui que o povo está sacrificado por impostos, sou um cidadão aqui deste Plenário que mais pago impostos, sou um cidadão que tenho, sem sombra de dúvida, vários veículos percorrendo as rodovias do Estado do Paraná, entre os quais os caminhões da minha empresa. Agora, não podemos cair no ridículo de não querer que a Polícia Rodoviária fiscalize as rodovias.

Está aqui no Substitutivo, se V. Exa. me permitir completar, no Substitutivo do Deputado Durval Amaral, quem ler o Substitutivo vai entender perfeitamente, vai ser fiscalizado pela Polícia Rodoviária Estadual. E o melhor mesmo nesse momento aonde se gera desconfiança é derrubar todo o projeto, e fica como ficava antigamente. Assumo aqui o compromisso do Governo, em nome do Governo que as rodovias serão fiscalizadas pela Polícia Rodoviária Estadual e não será terceirizado, isso foi um compromisso assumido pelo Secretário de Transportes, será fiscalizado pela Polícia Rodoviária e pelos agentes de trânsito. Esse é um compromisso do Governo, não precisa nem ser aprovado o Substitutivo. Agora, não vamos conseguir aqui revogar o Código Nacional de Trânsito, porque isso é uma questão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa assegura já o direito do Deputado Beraldin para falar. E anuncia a presença do Prefeito da Barra do Jacaré, o Sr. José Adão e do Dr. Paulo Marzeta, da Cidade de Cambará. Sejam bem-vindos à Casa.

Com a palavra o Deputado Beraldin, Para Encaminhar.

O SR. BERALDIN (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvi o pronunciamento do nosso Líder, Valdir Rossoni, que não tem nada a reclamar da fiscalização das estradas. Mas vou me colocar na condição de cidadão, que vai à praia, paga o pedágio, e que encontra, sim, buracos na nossa rodovia.

Quero fazer uma pergunta e não sei se o Presidente ou o autor do projeto poderão me responder, quantos equipamentos serão contratados e quanto custará cada equipamento?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Presidente nem se aventura a responder uma pergunta dessa.

O SR. BERALDIN (Para Encaminhar)

Esta lei, pelo que me parece, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nasce morta ou semi-morta. Ela terá um prazo muito curto de vigência na nossa opinião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para Encaminhar, o Deputado José Maria e, em seguida, o Deputado Ricardo Chab.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

(Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.

Este resultado que saiu deste Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, foi como um Frankstein, porque no artigo 1º, do Substitutivo, diz o seguinte: “fica o Departamento de Estrada e Rodagem do Estado do Paraná, proibido de contratar a prestação de serviço de empresas privadas, que tenham por finalidade exercer o controle e a fiscalização de trânsito em rodovias estaduais”. Aí, no seu artigo 3º, ele vem, afigura, que realmente contradiz com o artigo 1º, que diz que estabelece a condição de adequar. Desde o primeiro momento, quando esse Substitutivo veio a Plenário, posicionei-me contrário em função da expressão adequar. Porque se estamos proibindo no *caput* primeiro artigo da lei, não temos o que adequar depois, a não ser exigir a própria lei. Votaria contrário, porque fiz nas outras votações esta votação.

No entanto, em função do entendimento e da boa vontade desse Plenário, em procurar coibir esta sangria que não se justifica e, inclusive, com a possibilidade assegurada tanto pelo Líder do Governo, Deputado Hermas Brandão e pelo Deputado Durval Amaral, que em seguida teremos um projeto proibindo. E este projeto, com certeza, espero que ele venha proibir, não só a fiscalização. Porque a fiscalização em si é um acinte à consciência paranaense. Porque temos dez máquinas, segundo as informações que tive - 80 mil reais cada equipamento, 800 mil reais. Numa semana, as empresas retiram isto de faturamento.

Então, é transferir dinheiro da sociedade para uma empresa. É transferir dinheiro da população do nosso Estado, para empresas que nem no Paraná serve e nunca aqui prestou serviço. Com certeza, uma semana, Deputado Hermas Brandão, o Estado terá recurso para colocar não dez equipamentos, mas vinte equipamentos, se assim o fizer a opção desse equipamento. Ou colocar viaturas nas estradas do Paraná, para efetuar a fiscalização, mas não o achague ao bolso do contribuinte.

Espero, Deputado Hermas Brandão, que esse contrato também alcance os aluguéis dos carros da Secretaria de Segurança, representado pelo IML, pela Polícia Civil e pela Polícia Militar.

Um carro alugado, um Versalhes alugado em junho de 95, já custou, ao pobre erário do Paraná, e ao

nosso contribuinte R\$141.000. Evidentemente que aí está boa parte da sangria que estamos tentando estancar, hoje, com o voto do projeto dos *royalties*. É necessário e por isso voto favorável a este projeto. Por que? Na esperança de amanhã termos, nesta Casa, votando, neste Plenário, um projeto que venha coibir este sangramento dos recursos públicos, especialmente da população de nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar)

Bom, quero tentar responder, primeiro a pergunta do Deputado Beraldin. Há um contrato entre o Poder Público e a CONSLADEL, o contrato é claro, fiz um pedido de informação aqui há mais ou menos 6 meses, o contrato tenho guardado comigo. E a empresa CONSLADEL, ganha por multa emitida, por este motivo o carro escondido, aquela barbaridade que, inclusive, mostramos com fotos, aqui no Plenário.

Então, só para concluir e até explicar para o Deputado Neivo Beraldin e também passar aqui uma informação ao Líder do Governo. A CONSLADEL, ganha R\$29,30, se não me falha a memória, por multa que ela emite.

Então toda multa emitida, - e aí há uma perspectiva na proximidade de 16.000 multas, por mês, no Estado do Paraná, - então, façamos as contas. E aí que nós, que o Plenário tem que ver qual é mais barato? Romper o contrato com a CONSLADEL ou o Estado comprar o equipamento? É claro que é comprar o equipamento.

Hoje, o que estamos votando aqui, na verdade, é sustentar o contrato do Poder Público com a CONSLADEL. Acho que estamos mantendo, não avançamos absolutamente nada, aqui, até agora. Então sugiro o seguinte, é uma sugestão do Deputado Ricardo Chab, porque, na verdade, vamos permitir que a empresa CONSLADEL, continue prestando serviço para o Estado, agora botando o equipamento na viatura da polícia, a única diferença! A CONSLADEL vai continuar fazendo o joguinho do carro escondido. E mais, o Código de Trânsito é claro em dizer o seguinte: “que não se pode multar sem que tenha placa comunicando o motorista.” O Código Nacional de Trânsito é claro, deixa, inclusive, com clareza absoluta que se tem que colocar a viatura aos olhos do usuário da rodovia.

Então, na verdade gente, estamos aqui dando o aval para a nossa empresa CONSLADEL, para que continue tudo como estava antes. Não vamos avançar em absolutamente nada!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia a presença, com prazer, Prefeito de Assaí, o Sr. José Carlos da Cruz.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, apenas para comunicar ao Líder do Governo que no momento que foi feito o acordo com o Deputado Hermas Brandão estava apartando o Deputado Péricles mas o acordo não foi feito apenas com Oposição. Fui um dos Deputados que assumi compromisso com o Deputado Hermas Brandão, o próprio Deputado Durval Amaral, autor do projeto, também se comprometeu e vários Deputados, Deputado Plauto e vários Deputados que apoiam o Governo se comprometeram a votar favoravelmente ao projeto que será apresentado, do Deputado Hermas Brandão.

Então o acordo não foi feito apenas com a Oposição, foi feito com vários Deputados que dão sustentação ao Governo.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, tinha feito, comigo mesmo, um compromisso de não fazer nenhum discurso, no dia de hoje, talvez no dia de amanhã, para que possa me recuperar da diferença do fuso horário que deixa um pouco confusa a nossa mente.

E também para adaptar este pequeno corpo que tenho a esta diferença de mais de 30 graus em que me vi submetido, nas últimas 24 horas. Mas, Senhor Presidente, apesar de toda confusão que tem na minha cabeça, consegui entender, com muita clareza, nas palavras do Deputado Valdir Rossoni, uma atitude, diria até de desrespeito da parte do Deputado Valdir Rossoni, aos Parlamentares desta Casa e em especial ao Deputado Hermas Brandão, quando ele, de uma forma irônica sugeria que ao apresentar o projeto vedando a locação dos equipamentos, que também o Deputado Hermas Brandão e os Deputados de Oposição, buscassem quem sabe a revogação do Código Nacional de Trânsito.

Entendi que foi um despropósito praticado pelo Deputado Valdir Rossoni, até porque os objetivos pelos quais ele trabalhou nos últimos dias está plenamente atingidos, que era aprovação do Substitutivo do Deputado Durval Amaral, até pelo fato de que regimentalmente não tínhamos mais condições de rejeitar o Substitutivo e restabelecer o projeto original que já foi sepultado quando da segunda votação.

Então, Senhor Presidente, de fato tem razão o Deputado José Maria, tem razão o Deputado Moysés Leônidas, que alguns avanços obtivemos nesse Substitutivo. Porque fica claro que a fiscalização será uma atribuição e não como disse o Valdir Rossoni, uma obrigação, é uma atribuição da Polícia Militar. Ela fiscaliza se quiser, se não quiser fiscalizar não fiscaliza. Agora a atribuição de fiscalizar é competência da Polícia Rodoviária Militar do Estado do Paraná. Quando o Deputado Ricardo Chab, diz que vai ficar do mesmo jeito, entendo que não, porque a fiscalização será feita, doravante, pela Polícia Rodoviária Militar do Estado do Paraná. Com veículos caracterizados, coisa que antes não acontecia.

Mas tenho que concordar com V. Exa. Deputado, e com os demais que se pronunciaram, no caso o Deputado Nereu Moura, de que a Emenda pode ficar pior do que o soneto, do ponto de vista do dispêndio financeiro que o Estado vai ter. Esta locação dos equipamentos, que será permitida, com a possibilidade estabelecida no final, que é adequação nos contratos. Esta possibilidade de adequar os contratos, poderá realmente fazer com que a Emenda fique pior do que o soneto. Vamos ter uma fiscalização clara, aberta, que vai realmente fazer com que a fiscalização seja do jeito que tem que ser feita. Mas vamos cair naquilo que quem sabe o próprio Governo sempre desejou, que é justamente a locação dos equipamentos, prática que ele tem, como disse o Deputado José Maria, feita aos montes. Comprometendo severamente as finanças do Estado, com alguns exemplos, já dito aqui, diversas vezes, inclusive pelo ex-eminente Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que diversas vezes discorreu sobre a locação dos veículos da Polícia Civil, locação dos veículos utilizados na Administração Geral do Estado; locação de veículos utilizados pelas empresas públicas, pelas autarquias, enfim, locação de equipamentos de informática, contratação de consultorias e outras coisas mais que temos aqui sempre condenado.

Devo dizer o seguinte, que voto constrangido, este Substitutivo. Mas vou votar para não dar ao Deputado Valdir Rossoni, o gostinho, embora talvez ele até merecesse, este presente por ser o dia do seu aniversário hoje, e até por isso ele esteja meio tumultuado com a nossa sessão da noite, porque certamente a esta hora, talvez fosse desejo dele estar oferecendo a todos nós um suculento churrasco, uma cerveja, um bom vinho. Mas não vou dar esse presente a ele, esse direito de amanhã, ele dizer, que nós da Oposição junto com o Deputado Hermas e com outros Parlamentares, não permitimos o fim da terceirização da fiscalização, que nós na realidade, ao derrubarmos o Substitutivo estaríamos permitindo a volta dos carros escondidos, e da CONSLADEL, na beira da estrada fiscalizando.

Então só por isso, que vou votar a favor do Substitutivo e me comprometo com o Deputado Hermas e com os demais que estão subscrevendo esse projeto, de que façamos aqui, Presidente, uma discussão aprofundada da questão da locação de veículos e equipamentos. Que façamos neste caso da CONSLADEL, um compromisso nosso aqui, de que daqui a dez, quinze ou trinta dias possamos conhecer nesses contratos e se elas não corresponderem àquilo que entendemos ser o correto para o encargo financeiro que vai ser despendido, para locação desses equipamentos necessários e primordiais à fiscalização, que façamos aqui, se essas adequações de contrato não forem satisfatórias e, de acordo com aquilo que pensamos que essa Assembléia vote um Projeto de Resolução, como já fez em outras ocasiões, em atos praticados pelo DETRAN do Paraná. Que vote uma Resolução ou Decreto Legislativo, não me ocorre aqui, qual dos

dois nesse momento, mas me parece um Decreto Legislativo, anulando esses contratos, porque eles aí sim, entendidos por nós como prejudiciais ao erário público, deverão por nós como agentes de fiscalização do Poder Executivo, deverão ser anulados esses contratos essas adequações.

Mas, para não dar ao Deputado Rossoni a chance de dizer por aí que estamos, aqui, querendo revogar o Código Nacional de Trânsito e que estamos ao não concordar com o Substitutivo, querendo devolver os carros da CONSLADEL, à beira da rodovia, vamos votar a favor do Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Deputados que aprovam o Substitutivo. **Aprovado.**

Pela Ordem o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Gostaria de solicitar ao Deputado Rossoni, que agilizasse um pedido que foi aprovado por esta Casa, há uns 15 ou 20 dias atrás, solicitando cópia do contrato firmado entre o DER e a empresa, para que possamos ter ele exatamente para poder confrontar as alterações que forem feitas.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Quero responder ao Deputado Caíto Quintana, que não cabe ao Líder do Governo acelerar as informações. Quando as informações são assumidas pelo Líder, aí não são aprovadas pela Mesa. Não tenho aqui a pretensão de ter essa autoridade.

A autoridade é de V. Exa. de agilizar essa informação. Tenho certeza, que o Deputado Caíto Quintana chegou aqui correndo e não lembrou que V. Exa. é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 24, às 19:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 522/99.

REDAÇÃO FINAL - Projeto de Lei nº 210/99.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 557/99.

Levanta-se a sessão.